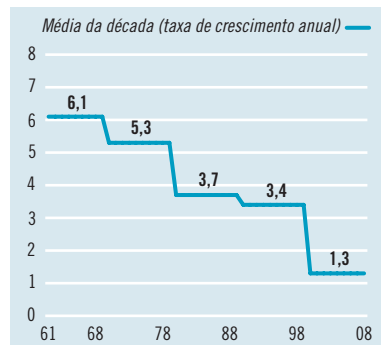


A crise estrutural da economia portuguesa

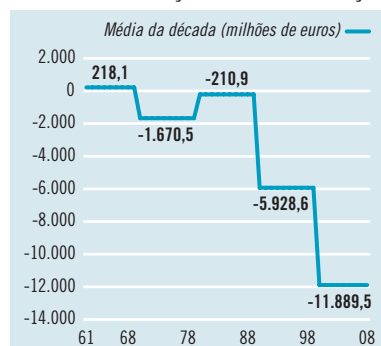
A crise financeira que se iniciou no Verão de 2007 contribuiu decisivamente para um fortíssimo abrandamento do crescimento económico global e, em especial nas economias avançadas, para fenómenos recessivos em larga escala que eclodiram com uma intensidade anormalmente elevada e que propiciaram (justas) comparações com os momentos que se viveram aquando da grande depressão de 1929-30. Embora no momento em que se escrevem estas linhas¹ sejam já muitos os sinais de que o mundo começa a ultrapassar a recessão, a ocidente da península Ibérica a situação encontra contornos menos favoráveis: a economia portuguesa tarda a recuperar, com o crescimento do produto a permanecer negativo e o desemprego a aumentar. É, pois, indelmentável que ao período de convergência no crescimento económico com a União Europeia a que se assistiu após a adesão à então Comunidade Económica Europeia (em 1986), e que se consolidou na década seguinte, se sucede agora uma primeira década do novo século em que

PORTUGAL: PIB



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

PORTUGAL: BALANÇA DE BENS E SERVIÇOS



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

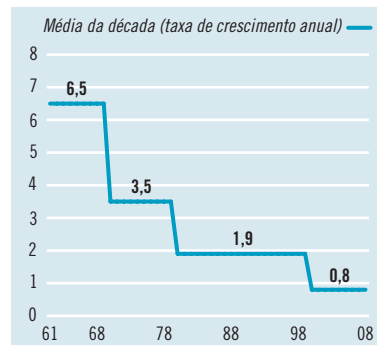
Portugal se está a afundar progressivamente na cauda da Europa.

Nas próximas linhas tentaremos enquadrar a situação económica do país, explicar as suas causas e descrever alguns dos cenários que se podem vir a materializar no futuro.

O progressivo abrandamento do crescimento económico...

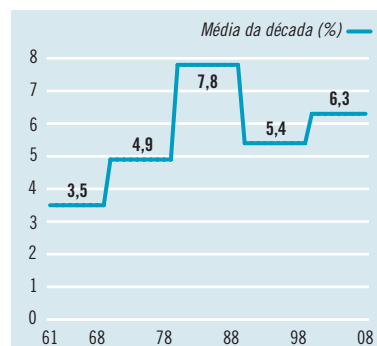
As séries longas do Produto Interno Bruto (PIB) em Portugal, expressas no gráfico, ilustram o progressivo empobrecimento da nossa economia: em média anual, o PIB real aumentou 6,1% na década de 60, após o que recuou progressivamente para, entre 2000 e 2008, apresentar um crescimento médio anual de apenas 1,3%. É frágil a comparação meramente estatística entre os dados das décadas de 60 (sobretudo) e 70 com a situação actual, não só porque os anos 60 foram um período de crescimento muito expressivo na Europa como também porque a guerra colonial e o “orgulhosamente só” dos governantes lusitanos de então não conseguiram, apesar de tudo, eliminar os efeitos favoráveis dos imensos recursos que das colónias chegavam aos nossos portos.

PORTUGAL: PRODUTIVIDADE



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

PORTUGAL: TAXA DE DESEMPREGO

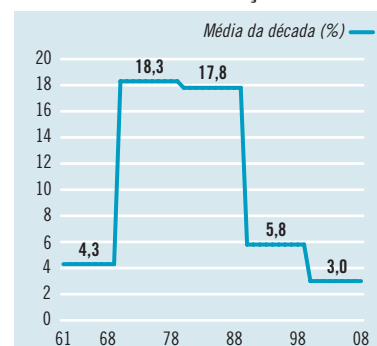


Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

No entanto, é claro o abrandamento do crescimento nos primeiros anos do século XXI, tanto em relação à década de 90, como em relação aos nossos parceiros do projecto europeu.

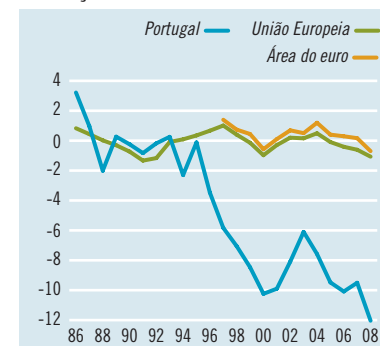
Face à década de 90, o crescimento médio do PIB real recuou em 2,1 pontos percentuais, isto é, de uma média de 3,4% ao ano na década de 90 para os já referidos 1,3% em 2000-2008. Mais grave ainda, excluindo precisamente os dois primeiros anos do novo século, em que o crescimento económico se situou em 3,9% e 2%, em mais nenhum se assistiu a um crescimento anual acima de 1,8%. Tendo em conta a situação actual da nossa economia e a conjuntura internacional, arriscamo-nos a apostar que a primeira década do século XXI será provavelmente o pior momento para a economia portuguesa nos últimos 100 anos. Tudo isto ganha uma dimensão mais incisiva quanto entramos em comparações com os nossos parceiros europeus. O gráfico respectivo é bem ilustrativo: no período de 1986-89, isto é, na primeira vaga dos fundos comunitários pós-adesão, o nosso país registou o 2.º maior crescimento médio do PIB no conjunto das dezasseis economias que constituem actualmente a área do euro, sendo apenas ultrapassado pelo Luxemburgo; na década de 90, o crescimento quedou-se pelo 5.º lugar do *ranking* daquelas economias o que, ainda assim, não punha de todo em causa o processo de convergência que durante anos foi bandeira política dos sucessivos governos; finalmente, no período de 2000-08, a nossa economia foi aquela que, à excepção de Itália, registou um crescimento menos elevado, pondo em causa o referido processo de convergência.

PORTUGAL: TAXA DE INFLAÇÃO



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

BALANÇA CORRENTE EM % DO PIB



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

Perante esta realidade, não espanta que Portugal seja actualmente um dos países da área do euro com rendimentos *per capita* mais baixos, tendo sido já ultrapassado pelos países de Leste que aderiram recentemente ao euro. O PIB *per capita* em paridade de poder de compra em Portugal era, em 2008, o 2.º pior da área do euro, representando apenas 66% da média dos países que a constituem e sendo apenas ligeiramente superior ao da Eslováquia.

... face ao recuo da nossa produtividade...

Muitas são as causas próximas da fragilidade económica que Portugal apresenta actualmente, havendo aliás um consenso relativamente alargado a esse propósito: ausência ou ineficácia de reformas estruturais a nível do ensino, da saúde, do sistema judicial; um sistema fiscal ainda pouco adaptado às características de uma economia que, mesmo tendo em conta a integração europeia, continua a ter características de pequena economia aberta; incapacidade do país de promover a produção de bens transaccionáveis, são algumas dessas causas.

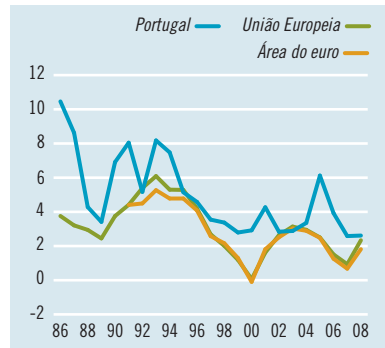
Na impossibilidade de descrever todos estes factores, escolhemos aquele que nos parece ser uma evidência incontornável do problema: a evolução amplamente negativa da nossa produtividade.

O gráfico respectivo é avassalador: o crescimento médio anual da produtividade em Portugal foi de 6,5% na década de 60, após o que foi recuando até estabilizar, em média, em 1,9% nas décadas de 89 e 90 para, entre 2000 e 2008, se situar em apenas 0,8%.

As consequências desta fragilidade produtiva no longo prazo são bem visíveis a nível

Henrique Morais

DÉFICE ORÇAMENTAL EM % DO PIB



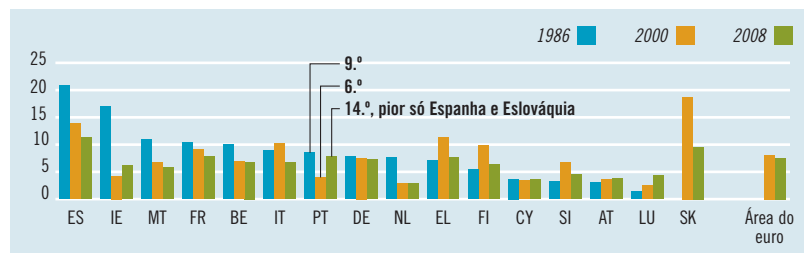
Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

do emprego, da balança corrente e, mesmo, das contas públicas.

Quanto ao emprego, a sua taxa de crescimento tem vindo a desacelerar desde a década de 70 (em que foi de 1,8% ao ano), estando no período de 2000-08 em apenas 0,6%. Neste contexto, não espanta que a taxa de desemprego tenha uma tendência de longo prazo de aumento (mesmo tendo em conta um ligeiro recuo, expresso no gráfico respectivo, nas médias da década de

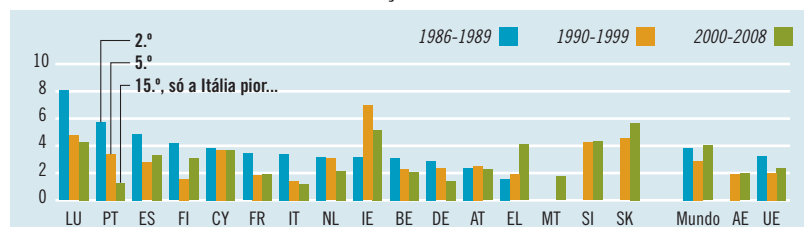
90 face à década de 80), nem que Portugal seja actualmente a 14.^a economia da área do euro com um nível de desemprego mais elevado, só sendo suplantado pela Espanha e pela Eslováquia. Mesmo tendo em conta que não nos afastamos muito da média da área do euro, a grande maioria dos países que, até por questões de dimensão, conosco mais de compararam apresentam níveis de desemprego substancialmente inferiores. Na verdade, na Europa do euro, são os grandes países (Alemanha, França e Espanha) que “empurram” a taxa de desemprego para a alta, pelo que não deixa de ser tristemente irónico que apenas na adversidade Portugal seja capaz de competir com as grandes economias do euro. As contas correntes são também uma das faces visíveis da nossa pouca capacidade produtiva, apresentando o défice face ao PIB uma trajetória de aumento muito acentuada, num contexto em que o último ano em que Portugal apresentou um excedente (embora marginal) da balança corrente foi

TAXA DE DESEMPREGO (em %)



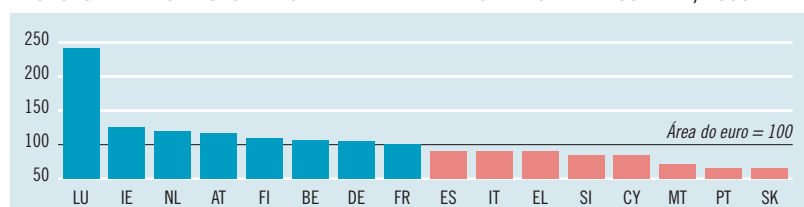
ES=Espanha; IE=Irlanda; MT=Malta; FR=França; BE=Bélgica; IT=Itália; PT=Portugal; DE=Alemanha; NL=Paises Baixos; EL=Grécia; FI=Finlândia; CY=Chipre; SI=Eslóvenia; AT=Áustria; LU=Luxemburgo; SK=Eslóvaquia.
Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

PRODUTO INTERNO BRUTO: TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL (em %)



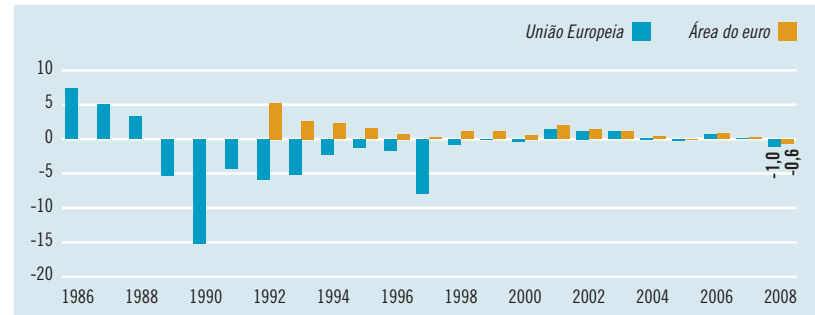
LU=Luxemburgo; PT=Portugal; ES=Espanha; FI=Finlândia; CY=Chipre; FR=França; IT=Itália; NL=Paises Baixos; IE=Irlanda; BE=Bélgica; DE=Alemanha; AT=Áustria; EL=Grécia; MT=Malta; SI=Eslóvenia; SK=Eslóvaquia; AE=Área do euro; UE=União Europeia.
Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA EM PARIDADES DE PODER DE COMPRA, 2008



LU=Luxemburgo; IE=Irlanda; NL=Paises Baixos; AT=Áustria; FI=Finlândia; BE=Bélgica; DE=Alemanha; FR=França; ES=Espanha; IT=Itália; EL=Grécia; SI=Eslóvenia; CY=Chipre; MT=Malta; PT=Portugal; SK=Eslóvaquia.
Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

DIFERENCIAIS INFLAÇÃO (em p.p.)



Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2009.

no já longínquo 1993. Na génese destes volumosos défices está naturalmente o segmento dos bens e serviços, cujo défice no período de 2000-08 se aproximou, em média, de 11,9 mil milhões de euros. Em conclusão, se a aposta, como se deseja, for criar riqueza e diminuir o desemprego, acelerando o ritmo de crescimento do PIB e assim retomando o processo de convergência com os nossos parceiros europeus interrompido nestes últimos 8 anos, então será incontornável resolver a questão da produtividade, isto é, aumentá-la. Deixaremos este ponto para uma fase ulterior do artigo.

Duas boas notícias: as contas públicas e a convergência a nível dos preços

A redução do défice orçamental foi assumida como uma das traves-mestras do nosso objectivo de entrada no primeiro comboio do euro e, em bom rigor, foi conseguida e, em regra² mantida. Tratou-se de um passo importante, nomeadamente porque permitiu a adesão ao euro e configurou uma garantia de algum equilíbrio que é fundamental para as gerações futuras, como bem recentemente se observou com a crise financeira e as suas consequências em países europeus não “protegidos” pelo euro – de que o exemplo mais sintomático é a Islândia.

A nível da inflação ocorreram também progressos significativos. Actualmente a taxa de inflação portuguesa está sistematicamente abaixo de 3% (desde 2003), em linha com a inflação média da área do euro, abaixo da inflação da União Europeia e muito abaixo da média da inflação no mundo.

Reflexões finais

Diagnosticada, em traços muito gerais, a “doença” que afecta a economia portuguesa,

fará sentido apontar pistas, não necessariamente para uma cura imediata, mas para que se possa gradativamente retomar níveis de crescimento económico mais compatíveis com o que se observa na generalidade dos parceiros europeus e que permitam a estabilidade económica e social em Portugal. Como se referiu anteriormente, a questão-chave é a produtividade. Se pretendermos aumentar a produtividade em Portugal, torna-se imperativo melhorar o desempenho dos principais factores produtivos, isto é, o trabalho e o capital. Trata-se de uma forma eufemística de dizer que a qualificação profissional dos trabalhadores e dos empresários deve melhorar substancialmente. Sendo verdade que o Estado tem um papel decisivo neste aspecto, designadamente através do sistema de ensino que molda os futuros empresários/trabalhadores, bem como da melhoria do sistema judicial, cabe também ao tecido produtivo adaptar-se às novas realidades mundiais, promovendo a formação dos seus agentes.

Para isso, é também importante que se fomente o contributo externo, devendo a política económica ser orientada no sentido de captar o bom investimento estrangeiro, aquele que incorpora valor acrescentado também a nível das capacidades produtivas, da tecnologia utilizada, da permanência no país. O país tem de produzir mais, tem de exportar mais. O que se fizer hoje para atingir estes objectivos nucleares será o melhor legado que se poderá deixar às próximas gerações. De outra forma, a consequência será um progressivo empobrecimento de Portugal. ■

¹ Este texto teve a sua revisão final em finais de Setembro de 2009.

² As excepções ocorreram entre 2004 e 2006, em que o défice foi superior a 3% e, em 2005, atingiu mesmo 6,1%.